

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 61.789 - RS (2015/0170608-7)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : DALCI FILIPETTO
ADVOGADO : ALEXANDRE LANGARO - RS032836
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por **DALCI FILIPETTO**, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4.^a Região no HC n.º 5008888-93.2015.404.0000.

Consta nos autos que o paciente figura entre os investigados da "Operação Saúde", na qual foram instaurados mais de 300 (trezentos) inquéritos policiais com vistas à apuração de crime de organização criminosa especializada em fraudar processos licitatórios para compra de medicamentos.

No decorrer das investigações, a Autoridade Policial solicitou a quebra de sigilo bancário e fiscal do paciente e outros investigados.

Pretendendo o trancamento do incidente de quebra de sigilo de dados, a defesa impetrou prévio *habeas corpus* perante o Tribunal Regional, que denegou a ordem, em acórdão assim ementado:

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO SAÚDE. TRANCAMENTO DE INCIDENTE.

Inviável o trancamento de incidente de quebra de sigilo de dados cujas provas estão sendo usadas em diversos inquéritos policiais que investigam os crimes praticados pela suposta organização criminosa na prática de fraudes a licitações." (e-STJ, fl. 50).

No presente recurso, a defesa sustenta que há "contaminação de interesses privados, mediante uso (e o abuso) de técnicas de contrainteligência e contrainformação" (e-STJ, fl. 56).

Aponta compatibilidade entre o art. 142 do CPP do Paraguai e o sistema do ordenamento jurídico brasileiro.

Aponta excesso de prazo nas investigações alega que assiste ao recorrente o direito de "fulminar a persecução penal, em tramitação há quase uma década, sem solução de continuidade" (e-STJ, fl. 57).

Requer a extinção do "processo penal de conhecimento, sem resolução do mérito" (e-STJ, fl. 57).

Não houve pedido liminar.

O Ministério Público opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 127-132).

Solicitadas novas informações, foram prestadas (e-STJ, fls. 145-148 e 149-157).

É o relatório.

Decido.

O recurso perdeu seu objeto.

Superior Tribunal de Justiça

Segundo informações prestadas pelo Juízo da 1.^a Vara Federal de Erechim - SJ/RS, por meio do Ofício 00766158/2019 (e-STJ, fls. 149-157), o procedimento investigativo foi arquivado em 01/04/2019.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o recurso.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator